

Política Industrial  
Modelo de Desenvolvimento Industrial do  
Estado do Rio Grande do Sul

Política Setorial

Programa setorial  
**Agroindústria**  
**Carne Suína**  
2012-2014

Política Industrial  
Modelo de Desenvolvimento Industrial do  
Estado do Rio Grande do Sul

Política Setorial  
Programa setorial  
**Agroindústria**  
**Carne Suína**  
2012-2014

Tarso Genro  
*Governador do Estado do Rio Grande do Sul*

Mauro Knijnik  
*Secretário de Desenvolvimento e Promoção do Investimento*

José Hermeto Hoffmann  
*Coordenador (Sponsor) do setor Agroindústria - Carne Suína*  
BRDE

Fernanda Maia  
*Coordenador executivo do setor Agroindústria - Carne Suína*  
BRDE

Antonio Augusto Rosa Medeiros  
*Coordenador técnico da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva de Suínos*  
SEAPA

Ivan De Pellegrin  
*Coordenador Geral de Programas Setoriais*  
AGDI

Moema Pereira Nunes  
*Coordenadora Executiva de Programas Setoriais*  
AGDI

*Carta do Governador*

*Carta do Secretário de Desenvolvimento e Promoção do Investimento*

*Elementos da política industrial*

*Metodologia de desenvolvimento da política setorial*

*Agroindústria - Carne Suína*

*Diferenciais competitivos*

*Principais oportunidades*

*Instrumentos de apoio*

*Ações*

# Carta do Governador

## RS enfrentando a crise com crescimento e desenvolvimento

O principal desafio do nosso governo, ao assumirmos em janeiro de 2011, era retomar o desenvolvimento econômico e social do Rio Grande do Sul. Poderia até parecer uma meta óbvia e singela, porém, em tempos de recessão nos países do chamado “primeiro mundo” e diante dos problemas locais que herdamos, o objetivo só poderia ser alcançado se, entre outras ações, adotássemos um conjunto de políticas ousadas e inovadoras.

Conhecíamos a realidade do Estado e, por esse motivo, optamos por não pedir tempo à sociedade gaúcha e tampouco lamentar as dificuldades financeiras. Preferimos dar respostas imediatas à população e constituir as condições para a execução de políticas de

médio e de longo prazo. Passado o primeiro ano de gestão, todas as ações estratégicas previstas no programa de governo foram encaminhadas e podemos garantir que os nossos orçamentos serão cumpridos.

Isso nos permite avançar e adotar medidas que vão sustentar o aumento e a qualificação da nossa produção e, conseqüentemente, do PIB gaúcho. Enquanto a Europa patina na crise, o Brasil cresce. E o Rio Grande do Sul, assim como ocorreu em 2011, continuará crescendo mais que o Brasil.

O resultado é fruto de um trabalho exaustivo, que já dura nove meses. Nesse período, estivemos em todas as regiões, fizemos um levantamento da atual situação de cada cadeia produtiva do estado, com diagnóstico da situação existente e estruturamos ações para

aumentar a produtividade, gerar mais renda e mais empregos. Ouvimos representantes dos diferentes setores, entidades empresariais, cooperativas e centrais sindicais, que prestaram uma contribuição importante. Discutimos, analisamos e definimos algumas medidas. Chegou o momento de apresentarmos e colocarmos em prática a nossa Política Industrial.

São medidas inovadoras que vão beneficiar os tradicionais setores da economia gaúcha e alimentar setores embrionários, recuperando alguns nichos que enfrentam dificuldades históricas. Outras que visam dar sustentação para o surgimento e crescimento de novas cadeias, ligadas às novas tecnologias e à inovação.

Não ficaremos apenas na simples adoção de incentivos ou isenções fiscais. Vamos articular as redes produtivas e estimular a compra de produtos gaúchos. Aliar essas ações com os investimentos em infraestrutura, que já estamos realizando, será fundamental para atingirmos um novo patamar de crescimento. Também serão agregados e servirão de estímulo à Política Industrial o fortalecimento dos Parques Tecnológicos (RS Tecnópolis) e a aplicação de recursos na qualificação profissional local (Pacto Gaúcho

Pela Educação), ambos em andamento.

O lançamento deste novo plano não será algo “solto”, alheio aos programas que estão sendo executados pelo governo. Pelo contrário, a Política Industrial do Rio Grande do Sul está articulada com diversas ações, como o RS Mais Igual, por exemplo, que apesar de ter como objetivo central retirar mais de 300 mil famílias gaúchas da pobreza extrema, também visa criar oportunidades de emprego e qualificação profissional para milhares de trabalhadores e trabalhadoras. Ou, então, o programa de Microcrédito Gaúcho, que possibilita que um micro ou pequeno empreendedor amplie seus negócios e passe a ser um fornecedor ou comprador de indústrias de porte médio ou grande.

Enfim, a Política Industrial é mais uma ação estratégica que começa a entrar em prática. Os resultados serão alcançados a médio e longo prazo, não só pelo movimento organizado pelos órgãos do Estado, mas em função, também, da dedicação, vontade e qualidade do setor produtivo gaúcho. Os frutos serão colhidos por todos.

Porto Alegre, 28 de Março de 2012.

Tarso Fernando Herz Genro  
Governador do Estado do Rio Grande do Sul

# Carta do Secretário de Desenvolvimento e Promoção do Investimento

## Planejando a política industrial

Como fazer com que o Rio Grande do Sul volte a crescer a um ritmo acima da elevação nacional do Produto Interno Bruto (PIB) consumiu boa parte dos esforços até aqui empreendidos pelas equipes do Sistema de Desenvolvimento Econômico. A tarefa não é simples, porque estamos expostos a variáveis determinadas pela globalização da economia, pela competição entre os Estados por investimentos e pelas condições ditadas pela política econômica federal. Recuperar a capacidade de planejar o caminho do desenvolvimento, deixando de fazer um voo cego para seguir caminhos iluminados de forma estratégica, foi o passo inicial que resolvemos dar para atender as exigências deste desafio.

A Política Industrial que estamos entregando à população gaúcha significa a retomada da capacidade de pensar para onde queremos levar à economia gaúcha. O que fizemos nos últimos dez meses é inovador e resultou de uma aposta na capacidade técnica do próprio setor público. Não fomos atrás de uma receita milagrosa. Cerca de 600 pessoas participaram de conversas que nos ajudaram a modelar este conjunto de princípios e medidas que julgamos ser capaz de posicionar o Rio Grande do Sul em um patamar diferenciado de crescimento.

A Política Industrial surgiu para recuperar valores e dinâmicas econômicas que explicam nossos bons indicadores e, especialmente, para traçar rumos de um Estado de futuro – valorizando as vocações

produtivas históricas da Economia Tradicional e descobrindo as potencialidades promissoras da Nova Economia. Desde o princípio, não buscou construir um projeto de governo, mas de Estado, permanente, sólido. Isto é: para além de susceptibilidades políticas, ele é aperfeiçoável, propriedade dos gaúchos e das gaúchas que será renovado a cada ano de acordo com novas prioridades. Não é uma coleção de dogmas.

Diagnósticos foram mapeados e oportunidades, traçadas a partir de critérios técnicos, inovadores. A Política Industrial consolida e organiza todos os instrumentos disponíveis para o desenvolvimento do Estado, conduzida por avançados mecanismos de transparência e um moderno sentido de compromisso com a governança. Foi a forma planejada que encontramos para enfrentar a disputa por investimentos, encontrar uma fórmula de incrementar a competitividade das nossas indústrias e sinalizar ao mercado que o Rio Grande do Sul é um destino atraente.

Tentamos fazer com a Política Industrial coloque as principais políticas de promoção do desenvolvimento do Estado em conexão. Dentro dela, estão iniciativas já lançadas pelo nosso governo que abriram caminho para esta busca de uma nova competitividade. Para atendermos às empresas, já tínhamos lançado a Sala do Investidor, um canal ágil de atendimento, real e virtual, a quem quer investir aqui. Também adequamos o Fundopem e o Integrar-RS às prioridades setoriais, adaptando os instrumentos fiscais de uma forma a incentivar as cooperativas, a inovação e a compensação de desequilíbrios regionais.

As ações voltadas à Economia da Cooperação estão abrigadas pela Política Industrial, assim como as iniciativas de reconexão internacional do Estado. Ou seja: empreendemos, de maneira articulada, uma viagem aos laços mais profundos da economia gaúcha, os do crescimento em rede e cooperado pelo Interior do Estado, e às imensas oportunidades que temos a obrigação de encontrar em outros países. Promover o parque fabril da pós-colheita de Panambi, por exemplo, é tão importante quando levar empresários gaúchos à Cebit, na Alemanha. São vértices de um mesmo raciocínio de desenvolvimento, o grão e o chip.

Um pilar da Política Industrial está nos programas setoriais. Organizado em dois eixos, o da Economia Tradicional e o da Nova Economia, e em 22 setores, criamos uma matriz para eleger prioridades, definir estratégias e oferecer propostas capazes de elevar a competitividade das nossas empresas – mesmo de setores envolvidos em problemas crônicos como o calçadista – e atrair novos empreendimentos. Conversamos com os representantes dos setores, com empresários, trabalhadores, por horas a fio, em busca de um norte. Foi um diálogo com o mundo real da atividade produtiva, sem invencionice estatal. É a capacidade de pensar do setor público, renovada em torno da possibilidade de planejar.

Uma das experiências mais gratificantes deste processo de formulação ocorreu dentro do governo. Encontramos no compromisso da transversalidade conduzido pelo governador Tarso Genro o amparo para

estabelecer com todas as secretarias ligadas ao desenvolvimento – Ciência e Tecnologia, Desenvolvimento Rural, Gabinete dos Prefeitos, Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística, Agricultura, Economia Solidária e o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social – uma parceria para encontrar, sempre as melhores saídas. Entre todas as colaborações, vale sublinhar o entendimento mantido com a Secretaria da Fazenda, simbólico da capacidade de articulação interna de um governo unitário.

O esforço de organizar o Sistema de Desenvolvimento passou pela criação da Agência Gaúcha de Desenvolvimento e Promoção do Investimento (AGDI), cuja diretoria de Planejamento e Programas conduziu de forma brilhante este trabalho. Um acerto que comprova o êxito da decisão de capacitar tecnicamente os agentes de desenvolvimento. Nossos órgãos de fomento, Banrisul, Badesul e BRDE, foram articulados e colocados em sintonia com o novo contexto,

todos somando capacidades de uma maneira que facilite atingirmos as nossas aspirações de crescimento.

Guiando tudo isso, sempre esteve presente o conceito de sustentabilidade. Não estamos dizendo que vamos nos desenvolver a qualquer preço e não vamos desrespeitar o equilíbrio financeiro do tesouro estadual, pelo contrário. Quem investe ou quer investir no Rio Grande do Sul, a partir de agora, sabe a quem se dirigir e conta com estrutura organizada de programas para seu apoio. E o governo, a partir disso, pode direcionar e preparar suas demais políticas com antecipação e metas ousadas. O Estado sabe para onde quer ir e sabe como acionar o que lhe cabe fazer.

Porto Alegre, 28 de Março de 2012.

Mauro Knijnik  
Secretário de Desenvolvimento e Promoção  
do Investimento

# Elementos da Política Industrial

O Governo Tarso Genro recolocou o desenvolvimento econômico no centro da política pública do Estado do Rio Grande do Sul. Desde seus primeiros meses, sob coordenação da nova Secretaria de Desenvolvimento e Promoção do Investimento (SDPI), orientou suas iniciativas com o intuito de modificar as taxas de crescimento do produto a fim de aumentar a participação do Rio Grande no PIB brasileiro; fomentar o adensamento de cadeias produtivas no território do estado, com ênfase no fortalecimento de grupos empresariais e do sistema cooperativista gaúchos; e promover investimentos em regiões de menor renda relativa. O atendimento a empresas que buscam ampliar sua capacidade produtiva ou ingressar no estado tornou-se mais ágil com a Sala do Investidor; lançaram-se os programas da Economia da Cooperação; adotaram-se novos mecanismos de incentivo

fiscal ao investimento produtivo e à inovação; organizou-se o Sistema de Desenvolvimento Econômico do Rio Grande do Sul. Tudo fruto de decisão política que já se antevia no plano de governo da Unidade Popular pelo Rio Grande.

A **Política Industrial do Rio Grande do Sul** sistematiza e amplia o escopo do trabalho realizado até o momento. Será uma política com lógica federativa e republicana, sob as diretrizes da governança e do planejamento; focada em resultados econômicos e, ao mesmo tempo, baseada em práticas de sustentabilidade social e ambiental; ancorada na ideia de que o sucesso do processo de desenvolvimento depende de um esforço de concertação com todos os atores envolvidos; proveniente de diagnóstico válido e geradora de prognósticos críveis, mas não dogmática e, portanto, com conteúdo aperfeiçoável conforme as exigências de uma realidade mutável; transversal, abrangente e eficaz. Propriedade dos gaúchos, para além das

alternâncias e susceptibilidades políticas. Uma política de Estado e não somente de governo.

A Política Industrial é, antes de tudo, uma política de desenvolvimento econômico, em especial, como aponta o próprio termo, uma política de desenvolvimento industrial. Definir nossa atuação com base em tal política não significa ignorar a relevância dos demais setores no desenvolvimento do Estado. Reconhecemos, todavia, que há uma relação direta entre o crescimento do setor industrial e o crescimento da economia como um todo; que o necessário aumento da produtividade na indústria ocorre de modo mais efetivo no curso da expansão desse setor; e que a produtividade dos setores não-industriais será tão maior quanto mais elevada for a produtividade na indústria. Ao abraçarmos o desenvolvimento econômico como um de nossos objetivos mais amplos, postulamos, em síntese, a tese de que uma indústria competitiva com base em elevada produtividade deve ser erigida como prioridade absolutamente central.

Ativar uma política industrial envolve uma firme definição por fortalecer a estrutura econômica diversificada do Rio Grande em tempos de expansão do processo de globalização e, mais recentemente, de profunda crise econômica no mundo industrializado. Sabe-se que o processo de globalização, traduzido como o aumento da integração das economias real e financeira, vem se aprofundando sobremaneira nas últimas décadas. Como resultado, o comércio internacional e os investimentos estrangeiros sofreram vertiginoso aumento. Tal integração fez com que os países se tornassem mais

dependentes das flutuações do sistema global. Esse processo foi causa e consequência do alastramento e aprofundamento das crises financeiras que ocorreram nas últimas décadas, culminando na grande crise que se desenvolveu em etapas: financeira em 2008, econômica em 2009 e sistêmica em 2010. O saldo foi a maior queda do PIB mundial desde a quebra da bolsa de Nova Iorque em 1929, com crescimento negativo do produto na ordem de 2,0% e recuo do volume de comércio em cerca de 11% apenas no ano de 2009.

Neste período, a locomotiva do crescimento mundial foram os países do leste asiático, puxados especialmente pela China. O Brasil se beneficiou dessa situação e, apesar do cenário do último quadriênio, maneja corretamente seus instrumentos da política macroeconômica e evitou adentrar no grupo dos países com baixo crescimento, elevado desemprego, aumento do endividamento estatal e destruição de renda da população. O governo adotou políticas anticíclicas, que garantiram a manutenção da taxa de investimento e fortaleceram o mercado interno.

Não obstante os aspectos da gestão macroeconômica de curto prazo, um ponto comum entre vários dos países que se sobressaíram nesses anos de crise da globalização, particularmente os do leste asiático, está na formulação e adoção de políticas industriais com o propósito de diversificar e fortalecer suas estruturas econômicas. Essas políticas, sobretudo as dos países de menor tamanho de mercados internos, caracterizaram-se pela forte ênfase na

**inovação** para gerar ganhos de produtividade e na promoção do comércio exterior. As lições de sua história e do debate teórico sobre indústria e desenvolvimento estiverem presentes na formulação da Política Industrial do Rio Grande do Sul.

A Política Industrial do Rio Grande do Sul pretende operar com base em ambas as vertentes que dominam o debate técnico sobre o assunto, reconhecendo suas diversas complementaridades e recusando a dicotomia simplista que muitas vezes contamina as decisões políticas sobre ações eficazes para promover o desenvolvimento. Será, portanto, uma **política geral ou funcional**, que adota medidas com impacto difuso sobre a indústria e mesmo diretamente sobre os demais setores da atividade econômica, e uma política seletiva, que busca fortalecer setores industriais selecionados. Essas dimensões desdobram-se em dois conjuntos de ações inter-relacionadas:

- **Ações transversais** destinadas à economia como um todo, de modo a aumentar a eficiência das unidades produtoras;
- **Ações setoriais** com foco na implantação de programas e projetos voltados para o fortalecimento de setores industriais selecionados.

Acreditamos, certamente, que entes subnacionais podem formular e executar políticas industriais bem-sucedidas – destacando-se, a título de ilustração, os casos da Emilia-Romagna, na Itália, e de Baden-Württemberg, na Alemanha – sem deixar, todavia, de respeitar as especificidades nacionais. No caso do sistema federado

brasileiro, notadamente em face da preponderância da União na apropriação do bolo tributário, políticas estaduais de desenvolvimento econômico precisam necessariamente conectar-se com as estratégias do governo federal. O Rio Grande do Sul procurou observar esse condicionante na elaboração de sua Política Industrial, tarefa facilitada em virtude da identidade política que une os respectivos governos.

A estratégia nacional que nos interessa mais intimamente é a nova política industrial brasileira, anunciada pela presidenta Dilma Rousseff, em agosto de 2011, sob o nome Plano Brasil Maior. Adotando o *slogan* “Inovar para competir. Competir para crescer”, essa política apresenta dois focos de centralidade. O primeiro foco estimula a inovação e a produção nacional, com o intuito de incrementar a competitividade da indústria nos mercados interno e externo. O segundo foco integra e alinha os vários ministérios e órgãos do governo com as necessidades da política industrial, além de mobilizar as forças produtivas para inovar, competir e crescer. Em especial, o plano busca aproveitar competências presentes nas empresas, na academia e na sociedade.

Nossa Política Industrial será uma política de indústria, de inovação e de promoção do comércio exterior articulada com a política do governo federal. Não será, portanto, uma política autárquica e centrada apenas nas oscilações da produção e da renda no curto prazo. Como política pública de desenvolvimento econômico, nosso olhar se fixa em uma perspectiva sistêmica e de longo prazo, de construção de um modelo de

desenvolvimento industrial, de confiança no futuro do Rio Grande. Para tanto, retomamos a noção de planejamento de longo prazo da economia gaúcha e adotamos o conceito-chave de Sistema de Desenvolvimento Econômico.

### **Sistema de Desenvolvimento do Rio Grande do Sul**

O governo gaúcho reestruturou a área de desenvolvimento econômico. Criou a Secretaria de Desenvolvimento e Promoção do Investimento (SDPI) como vértice das atividades dessa área e seu braço executivo – a Agência Gaúcha de Desenvolvimento e Promoção do Investimento (AGDI). A partir dessa reorganização inicial, constituiu-se o Sistema de Desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Sul (SDRS), institucionalizado no Decreto nº 48.396, de 26/09/2011, com base nas seguintes premissas conceituais:

- **Sustentabilidade:** o desenvolvimento econômico deve perseguir uma trajetória de sustentabilidade em três dimensões, quais sejam, econômica, social e ambiental;

- **Planejamento:** o desenvolvimento requer uma orientação planejada para a evolução da economia;
- **Governança:** o sucesso de uma política de desenvolvimento econômico depende de efetiva coordenação entre os entes de governo.

A par da dimensão interna ao governo, o conceito de SDRS pressupõe, ainda, que a efetividade de suas ações é diretamente proporcional ao grau de articulação entre o governo e os principais atores do desenvolvimento econômico do estado. O SDRS deve ser entendido, sobretudo, a partir de sua intenção básica de coordenar esforços em prol do desenvolvimento econômico do Rio Grande do Sul. Assim, reúne atores do governo estadual, do governo federal, dos governos municipais e dos setores privado e cooperativo, instituições de representação de empresários, cooperativas e trabalhadores e outras instituições da sociedade civil associadas ao desenvolvimento da indústria, à inovação e à promoção do comércio exterior.

# *Sistema de Desenvolvimento Econômico do Rio Grande do Sul*

## ATORES DO GOVERNO DO ESTADO

- Gabinete do Governador
- Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES/RS)
- Secretaria de Desenvolvimento e Promoção do Investimento (SDPI)
- Agência Gaúcha de Desenvolvimento e Promoção do Investimento (AGDI)
- Sistema Financeiro Gaúcho: Banrisul, Badesul e BRDE
- Secretaria da Fazenda (SEFAZ)
- Secretarias ligadas a atividades-fim do desenvolvimento econômico:
  - Secretaria da Agricultura, Pecuária e Agronegócio (SEAPA)
  - Secretaria de Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo (SDR)
  - Secretaria de Infraestrutura e Logística (SEINFRA)
  - Secretaria da Economia Solidária e Apoio à Micro e Pequena Empresa (SESAMPE)
  - Secretaria do Turismo (SETUR)
- Secretarias ligadas a atividades-meio (suporte) do desenvolvimento econômico:
  - Secretaria do Secretaria de Planejamento, Gestão e Participação Cidadã (SEPLAG)
  - Secretaria do Meio Ambiente (SEMA)
  - Secretaria de Ciência, Inovação e Desenvolvimento Tecnológico (SCIT)
  - Gabinete dos Prefeitos e Relações Federativas

## ATORES DO GOVERNO FEDERAL

- Empresas e instituições diretamente ligadas ao desenvolvimento econômico: PETROBRAS, ELETROBRAS, ELETROSUL, CTGEE, ABDI, APEX, BNDES, FINEP, Banco do Brasil, SEBRAE, CEF e ministérios afins

## ATORES REGIONAIS E LOCAIS

- Prefeituras e as secretarias municipais responsáveis por políticas de desenvolvimento econômico local e regional
- Atores da governança de Arranjos Produtivos Locais (APLs) e de polos de modernização tecnológica

## EMPRESAS, COOPERATIVAS E TRABALHADORES

- Empresas privadas e públicas (não financeiras) que atuam ou possuem projetos para atuar no RS
- Cooperativas de produção que atuam ou possuem projetos para atuar no RS
- Empresas financeiras privadas e cooperativas de crédito que atuam no RS
- Instituições de representação empresarial
- Instituições (sindicatos e centrais sindicais) de representação dos trabalhadores
- Instituições de representação do sistema cooperativista

## OUTRAS INSTITUIÇÕES

- Redes de cooperação e de inovação
- Universidades públicas e privadas e outras organizações ligadas a PD&I (Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação)

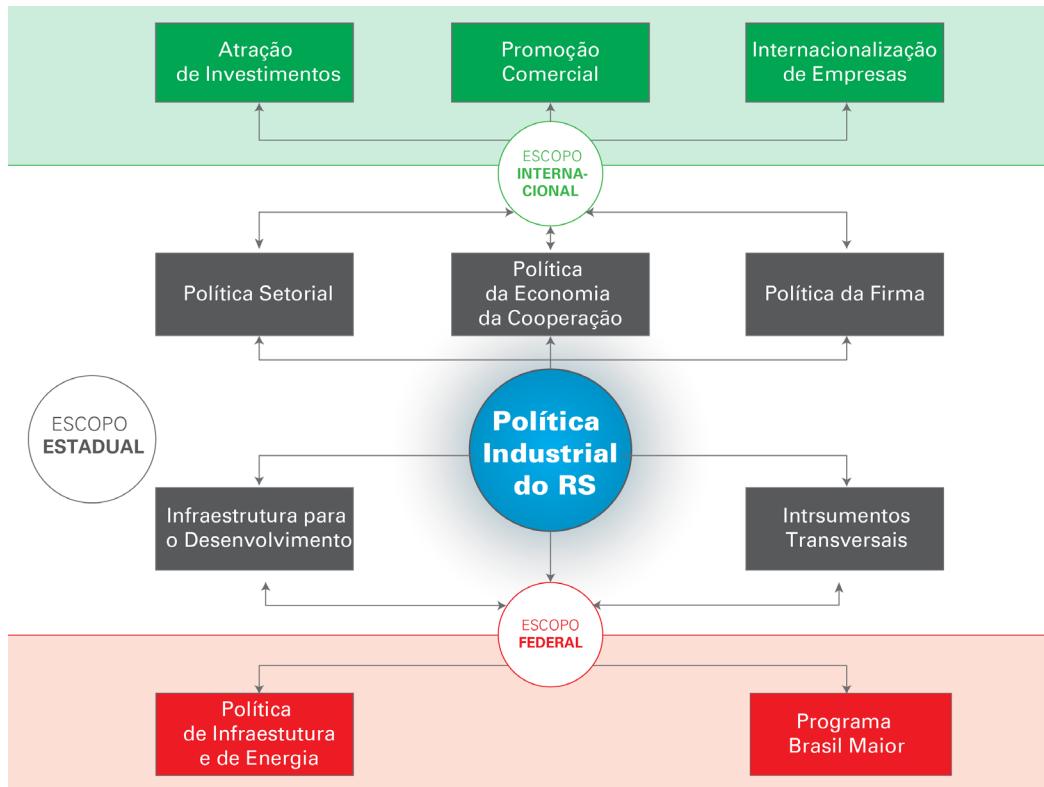
## Eixos da Política Industrial

A formulação conceitual, a adoção prática e a institucionalização do SDRS, em conjunto com o alinhamento da estratégia de desenvolvimento econômico do estado com o Plano Brasil Maior, solidificam o lançamento da **Política Industrial: Modelo de Desenvolvimento Industrial do Estado do Rio Grande do Sul (2012-2014)**. O núcleo dessa Política compõe-

se de cinco eixos distintos, mas fortemente inter-relacionados:

- Eixo I: Política Setorial;
- Eixo II: Política da Economia da Cooperação;
- Eixo III: Política da Firma;
- Eixo IV: Instrumentos Transversais;
- Eixo V: Infraestrutura para o Desenvolvimento.

## *Eixos da Política Industrial*



Além dos eixos que formam o núcleo da Política Industrial, cabe destacar duas articulações fundamentais para o sucesso das ações que já vêm sendo empreendidas. Uma dessas articulações refere-se às inter-relações que o Sistema de Desenvolvimento do Rio Grande do Sul estabelece com instituições internacionais, especialmente no que diz respeito aos temas de atração de investimentos, promoção comercial e internacionalização de empresas gaúchas. A outra articulação consiste de inter-relações com instituições Federais nacionais, especialmente aquelas vinculadas com o Programa Brasil Maior e com a Política de Infraestrutura e de Energia.

### **Política Industrial e Outras Políticas Relacionadas ao Desenvolvimento Industrial**

A par dos programas e projetos que estruturam a Política Industrial, o governo do Estado executa diversas outras políticas que, embora não tenham o desenvolvimento da indústria em sua gênese, produzirão efeitos positivos de médio e longo prazo sobre a atividade industrial gaúcha ao garantirem uma oferta crescente de insumos primários e a formação qualificada de pessoas. Neste sentido, destacam-se o **Programa de Cooperativismo**; o **Programa Mais Água, Mais Renda** e o **Pacto Gaúcho pela Educação Profissionalizante, Técnica e Tecnológica**.

#### *Eixo I: Política Setorial*

A **Política Setorial** busca fortalecer o desenvolvimento das diferentes indústrias, sejam tradicionais ou pertencentes à

nova economia, atuando sobre os fatores determinantes da competitividade regional e setorial e tendo a inovação e a tecnologia como vetores centrais dessa competitividade. Com este foco em mente, pretendemos dinamizar a presença de empresas e cooperativas gaúchas no mercado interno e externo, ampliando a estrutura produtiva da indústria localizada no território do Rio Grande. Um aspecto específico da Política está na revitalização do esforço exportador de diferentes setores estratégicos da economia gaúcha em consonância com a ampliação almejada pela política de promoção do comércio exterior do país.

A Política Setorial obedece às seguintes premissas gerais:

- Diversidade da indústria gaúcha como uma das consequências de sua trajetória de desenvolvimento econômico;
- Geração de empregos de qualidade;
- Valorização das indústrias enraizadas no Estado;
- Necessidade de desenvolver e consolidar novos setores da economia, com duas prioridades específicas, as quais são, ao mesmo tempo, oportunidades abertas ao estado:
  - Setores alinhados ao desenvolvimento econômico mais amplo do país, tais como a indústria naval e a geração de energia eólica;
  - Setores portadores de futuro, nos quais se verifica um déficit nacional, tanto na balança de comércio, quanto na atualização tecnológica (por exemplo, nas áreas de semicondutores e de saúde avançada e medicamentos);

- A inovação ao longo da cadeia de valor e em setores correlatos, incluindo cadeias de suprimentos de máquinas e equipamentos para os setores selecionados;
- Sustentabilidade ambiental, com ênfase em soluções para a utilização de resíduos como insumos ou produtos para outras aplicações

A **Política Setorial** compõe-se de Programas Setoriais, cuja coordenação operacional cabe à Diretoria de Planejamento, Programas e Captação de Recursos da AGDI, sob direta supervisão da SDPI, e que se destinam a alavancar a competitividade dos setores estratégicos da economia industrial e agroindustrial do Rio Grande do Sul, e do **Programa de Ações Internacionais**, coordenado pela SDPI e que apoia missões e feiras. Este último tem como focos a promoção comercial, a internacionalização de empresas gaúchas e a atração de investimentos com o fim de adensar cadeias produtivas e criar novos setores na matriz produtiva do estado.

O processo de formulação dos Programas Setoriais, há que se destacar, procurou envolver múltiplos atores do governo e da sociedade civil, apoiados numa estrutura de governança em que os trabalhos referentes a cada setor estratégico foram conduzidos por um coordenador executivo, normalmente alguém vinculado a um dos órgãos do SDRS – SDPI, AGDI, Badesul e BRDE –, sob a supervisão de um dos executivos desses órgãos na condição de seu patrocinador (sponsor). Esse processo

não se esgota no momento de anúncio dos programas. Isso porque, nesse instante, é dada partida na execução da totalidade das ações que os constituem (embora parte significativa das mesmas já esteja em pleno andamento), assim como no monitoramento e na contínua revisão das medidas e programas que instrumentam a execução da Política Industrial. Tudo ancorado em uma sólida estrutura de governança (Sistema de Desenvolvimento) e na prática contínua das relações transversais e de concertação entre os diferentes atores envolvidos.

### *Eixo II: Política da Economia da Cooperação*

A **Política da Economia da Cooperação** também procura incidir sobre a competitividade das empresas, porém a partir de uma perspectiva coletiva e, em geral, com forte componente territorial. Insere-se, portanto, naquele rol de políticas que buscam modificar a dinâmica da ação isolada de indivíduos, empresas e outras organizações por meio de práticas que enfatizam a cooperação e a geração intencional de sinergias. Cooperar permite, ao mesmo tempo:

- **Adotar vínculos diversos entre unidades de produção e outros atores singulares, como empresas públicas e privadas de PD&I e entes de governo, com o intuito de se obterem ganhos de escala e outros ganhos relacionais. Exemplos disso são as cooperativas de produção, as redes de cooperação e de inovação, os Arranjos Produtivos Locais (APLs) e os polos e parques tecnológicos;**

- Agir de modo flexível e com respostas rápidas às necessidades da sociedade civil e do mercado.

No ano de 2011, o Governo do Estado obteve a aprovação das duas leis básicas desta política pública. Uma trata da instituição da **Política Estadual da Economia da Cooperação**, instrumento que transborda os limites da Política Industrial, e a outra cria o Fundo de Apoio aos APLs. São três os programas que compõem a Política da Economia da Cooperação como um eixo específico da Política Industrial:

- O **Programa Estadual de Fortalecimento das Cadeias e Arranjos Produtivos Locais (Programa de APLs)**, coordenado pela Diretoria de Produção e Inovação da AGDI;
- O **Programa de Redes de Cooperação (PRC)**, coordenado pela Secretaria da Economia Solidária e Apoio à Micro e Pequena Empresa (SESAMPE);
- O **Programa de Apoio aos Polos Tecnológicos**, sob coordenação da Secretaria da Ciência, Inovação e Desenvolvimento Tecnológico (SCIT).

Por fim, há que se assinalar que, conquanto não componha diretamente a Política Industrial, encontra-se em relação estreita com as diretrizes dessa Política, no eixo da Economia da Cooperação, o **Programa Gaúcho do Cooperativismo Rural (Programa de Cooperativismo)**, coordenado pela Secretaria de Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo (SDR).

### *Eixo III: Política da Firma*

A **Política da Firma** consiste de uma abordagem para a ação direta no campo microeconômico com o objetivo central de atender empresas interessadas em implantar ou expandir suas atividades no Estado. Para sua implantação, foi inicialmente criada a **Sala do Investidor** em atenção à diretriz de governança, tendo sido designada para sua coordenação a SDPI. O objetivo da Sala é coordenar as ações necessárias à efetiva atração de investimentos produtivos, integrando os diferentes agentes do Sistema de Desenvolvimento Econômico – especialmente a SDPI, a AGDI, o Banrisul, o Badesul e a agência gaúcha do BRDE –, secretarias estaduais e órgãos vinculados, municípios, agentes do governo federal e instituições públicas e privadas de capacitação tecnológica. Na Sala do Investidor, centraliza-se a interlocução requerida à viabilização dos projetos de investimento. Sua ferramenta de gestão torna mais eficiente a relação do setor público com quem estiver disposto a investir no Rio Grande do Sul.

Outros dois programas têm destaque neste eixo: o **Programa de Apoio à Captação de Recursos para Empresas Inovadoras**, coordenado pela Diretoria de Planejamento, Programas e Captação de Recursos da AGDI, que compreende ações em parceria com instituições do porte e importância de FINEP e BNDES, e o **Projeto de Extensão Produtiva e Inovação**, coordenado pela Diretoria de Produção e Inovação da AGDI, que apoia a capacitação de empresas para a competitividade e que está inserido no contexto mais amplo do Programa de APLs,

sendo seu instrumento específico de atuação no nível das empresas que constituem os arranjos produtivos.

#### **Coordenação e Suporte**

*Os três primeiros eixos da Política Industrial – a Política Setorial, a Política da Economia da Cooperação e a Política da Firma –, embora distintos, estão estreitamente relacionados e, portanto, precisam ser executados em permanente articulação institucional a fim de promover o efetivo desenvolvimento econômico do Estado. Num contexto de recursos escassos, coordenar as múltiplas ações de cada eixo e dar-lhes efetividade, a propósito, é um dos sentidos fundamentais da Política Industrial, sendo, portanto, o tema da governança efetiva uma questão permanente para o sucesso da Política.*

*O funcionamento adequado e o alcance dos objetivos da Política dependem, ainda, de dois outros eixos, concebidos para dar suporte aos primeiros: Instrumentos Transversais e Infraestrutura para o Desenvolvimento.*

#### **Eixo IV: Instrumentos Transversais**

Os **Instrumentos Transversais** mobilizam recursos públicos que atingem os setores da atividade econômica como um todo. Esses Instrumentos consistem do FUNDOPEM/RS, de programas específicos e do Sistema Financeiro Gaúcho.

O **FUNDOPEM/RS** é coordenado pela SDPI através da Central do Sistema Estadual para Atração e Desenvolvimento de Atividades

Produtivas (SEADAP). Quanto aos programas, temos:

- O **Programa Estadual de Desenvolvimento Industrial (PROEDI)**, que tem por objetivo apoiar, através de incentivos fiscais, materiais e financeiros, projetos que resultem em implantação ou expansão de unidades industriais no estado, sendo coordenado pela SDPI através da Central do SEADAP;
- O **Programa de Apoio a Iniciativas Municipais**, também coordenado pela SDPI, que busca contribuir para a capacitação dos municípios no que tange à implantação ou expansão de distritos industriais;
- O **Programa Pró-Inovação**, que visa apoiar as empresas inovadoras, coordenado pela SCIT;
- O **Programa Gaúcho de Parques Científicos e Tecnológicos (PGTec)**, coordenado pela SCIT no âmbito do RS Tecnópole;
- O programa de subvenção de juros **INVESTE/RS**, sob coordenação da SEFAZ.

Por fim, o **Sistema Financeiro Gaúcho**, formado por Banrisul, Badesul e BRDE, disponibiliza linhas de crédito, com uso de recursos próprios ou provenientes do sistema BNDES e de outras fontes, e prestação de garantias, além de trabalhar para a montagem de fundos de participação e ofertar outros serviços necessários à materialização dos investimentos produtivos.

### ***Eixo V: Infraestrutura para o Desenvolvimento***

O eixo **Infraestrutura para o Desenvolvimento** reúne programas e projetos relacionados a três pilares de sustentação do desenvolvimento econômico: logística, energia e comunicação. Engloba, portanto, projetos estratégicos de largo espectro que buscam satisfazer demandas latentes e futuras. Respondem, por certo, à aposta do governo em um cenário otimista de desenvolvimento econômico do estado, sendo exemplos, dentre outras, as seguintes iniciativas:

- **Programa Estadual de Expansão da Agropecuária Irrigada “Mais Água, Mais Renda”;**
- **Plano de Obras Rodoviárias;**
- **Ampliação de aeroportos;**
- **Novo aeroporto na Região Metropolitana de Porto Alegre;**
- **Terminais portuários na Hidrovia do Mercosul e ampliação de sua navegabilidade;**
- **Ampliação da capacidade do Porto do Rio Grande;**
- **Apoio à ampliação da geração de energia**

eólica;

- **Apoio à ampliação da disponibilidade de gás natural;**
- **Ampliação da capacidade de transmissão de energia elétrica;**
- **PGBL – Programa Gaúcho de Banda Larga.**

Além dos investimentos em logística, energia e comunicação, duas outras iniciativas governamentais merecem destaque em face de suas consequências positivas para o desenvolvimento industrial do estado. A primeira relaciona-se à necessidade de informações sistematizadas para o planejamento do desenvolvimento, que está sendo enfrentada por meio de estudos em elaboração pela AGDI e pela Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano e Regional (METROPLAN). A segunda iniciativa, de que uma das consequências, ainda que não a mais relevante, será ampliar a oferta de insumos primários para a indústria de alimentos, é o Programa Estadual de Expansão da Agropecuária Irrigada (Programa Mais Água, Mais Renda), coordenado pela Secretaria da Agricultura, Pecuária e Agronegócio (SEAPA).

# Metodologia de desenvolvimento da política setorial

Os **Programas Setoriais** reúnem os setores industriais e agroindustriais estratégicos para a economia do Rio Grande do Sul, os quais se classificam em duas categorias – Economia Tradicional e Nova Economia – e se agrupam em três níveis – Prioritário, Preferencial e Especial. A **Economia Tradicional** agrega os setores historicamente constituídos e fortemente enraizados na economia gaúcha, como a produção de calçados e a agroindústria. Já a **Nova Economia** compreende tanto aqueles setores que vêm recentemente ganhando relevância na geografia do estado como setores portadores de futuro (como a indústria oceânica e a energia eólica) e que são, ao mesmo tempo, oportunidades abertas para o RS. Este é o caso de setores nos quais se

verifica um déficit nacional, tanto na balança de comércio, quanto na atualização tecnológica – por exemplo, os de semicondutores e de saúde avançada e medicamentos – e que encontram no estado uma base de competências disponível para seu desenvolvimento.

## ***Participação setorial e concertação***

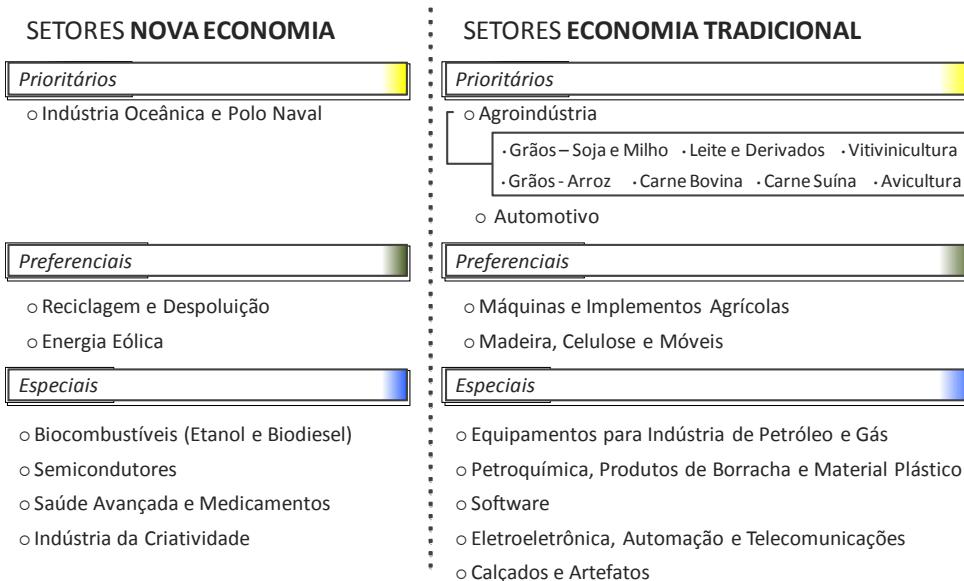
A seleção dos 22 setores estratégicos partiu de uma análise multicriterial empreendida por representantes da SDPI, da AGDI e da SEFAZ. Uma vez definidos os setores, a formulação dos Programas Setoriais ficou sob responsabilidade de coordenadores executivos apoiados por patrocinadores (sponsors), todos partícipes de instituições do Sistema de Desenvolvimento. Procedemos desta maneira com o intuito de assegurar uma governança compartilhada na elaboração

dos programas e, desta forma, ampliar os compromissos necessários à efetividade das ações planejadas.

O conteúdo dos Programas Setoriais foi desenvolvido através de amplo processo de concertação, sob a égide de critérios técnicos claramente explicitados, e envolveu empreendedores e profissionais diretamente associados aos setores industriais, pesquisadores universitários e membros de secretarias de Estado e de órgãos vinculados. Assim, na elaboração dos diagnósticos setoriais e na identificação de medidas para o

fortalecimento de nossa competitividade, foi possível contar com o benefício da informação e do conhecimento do setor industrial, da academia e do setor público. Realizaram-se 170 reuniões presenciais que contaram, no seu todo, com 516 participantes, sendo 51% deles vinculados a entidades empresariais, de trabalhadores e cooperativas, 11% a instituições de ensino, ciência e tecnologia e 38% ao governo. O resultado final fornece os caminhos que deveremos trilhar na execução da Política Industrial.

## *Setores Estratégicos da Política Industrial*



### *Técnica e diagnóstico*

Como resultado deste processo de consulta e participação, elaboraram-se 22 matrizes de competitividade e outras tantas notas técnicas setoriais, as quais apresentam uma descrição do setor, um diagnóstico de suas condições de competitividade, uma análise de oportunidades e ações necessárias ao aumento

da competitividade setorial. As matrizes de competitividade e as notas técnicas basearam-se fortemente em conceitos inspirados nos estudos de competitividade de Michael Porter, em particular no consagrado “modelo do diamante” – um padrão a ser aplicado para avaliar ou comparar a posição competitiva de setores econômicos.

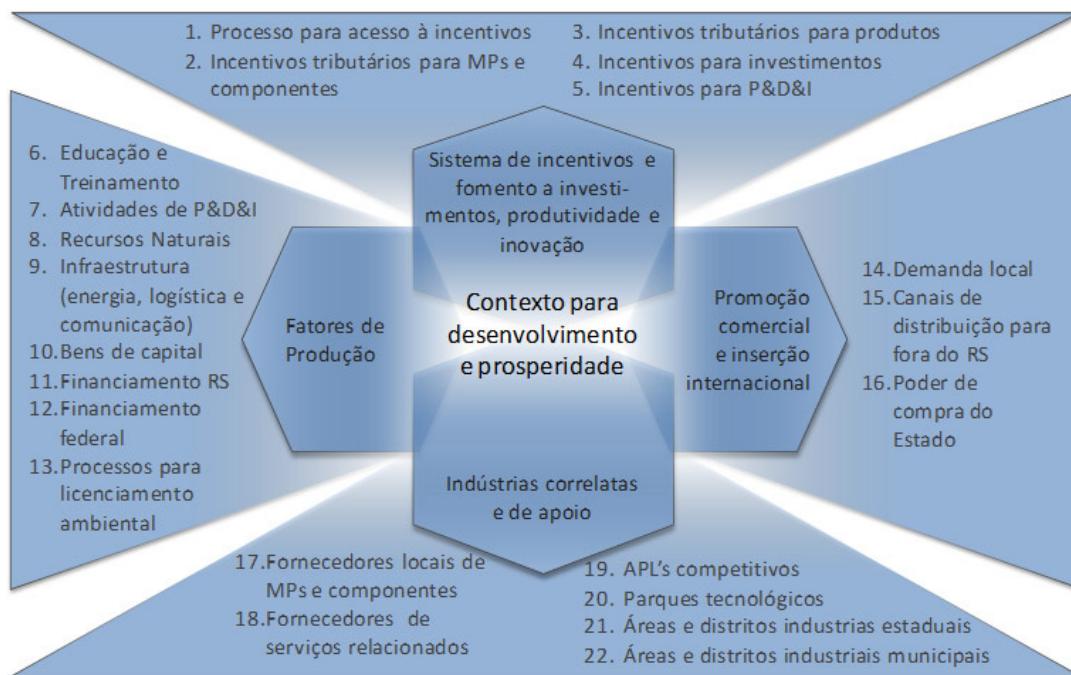
## *Determinantes da Competitividade RS – Visão Geral*



O modelo teórico foi adaptado à realidade da economia industrial gaúcha, considerando-se, principalmente, questões sobre as quais o Governo tem possibilidade de ação direta, totalizando 22 fatores para análise da competitividade setorial, distribuídos nos quatro determinantes da competitividade regional. Os grupos de trabalho identificaram os fatores mais relevantes para a

competitividade do respectivo setor; os fatores mais relevantes, por sua vez, foram estudados à luz do desempenho atual do Rio Grande e de benchmarkings nacionais e internacionais, a fim de constatar o posicionamento do estado em relação a cada tópico importante; por fim, medidas foram sugeridas para sustentar posições de liderança e preencher vazios de desempenho.

## *Fatores Determinantes da Competitividade Setorial RS*

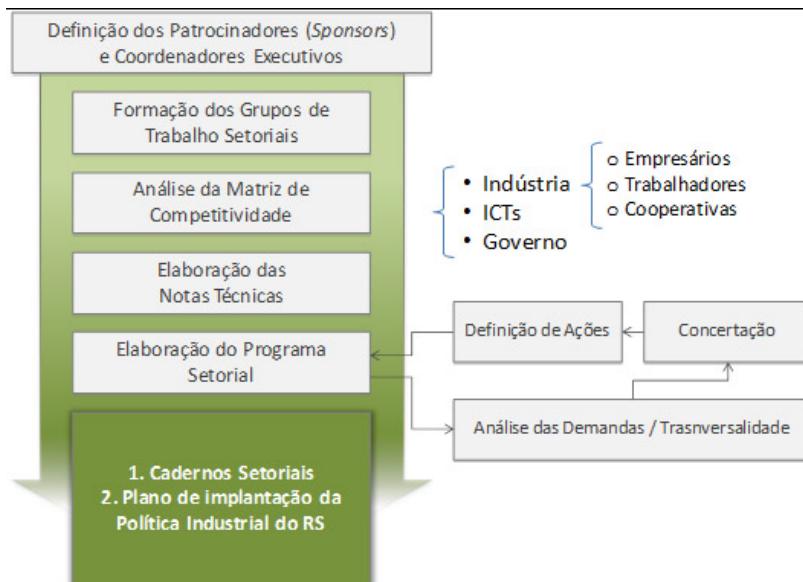


Além da análise crítica e da avaliação da viabilidade das ações sugeridas pelos grupos de trabalho, as secretarias de Estado e os demais órgãos públicos envolvidos contribuíram diretamente para a formulação dos Programas Setoriais, identificando e sugerindo sub-programas, projetos, ações e instrumentos que potencializarão os resultados da Política Industrial.

Várias medidas sugeridas ao longo do processo de formulação dos Programas Setoriais foram adotadas antes mesmo do lançamento oficial da Política Industrial. Após esse lançamento, devem ocorrer reuniões

sistemáticas dos grupos de trabalho setoriais com o objetivo de monitorar e aprimorar os Programas Setoriais, em particular, e a Política Industrial em seu todo, prevendo, dentre outros instrumentos de gestão da Política, a realização de ciclos anuais de PDCA (planejamento/plan, execução/do, verificação/check e ação/act). No caso dos setores estratégicos vinculados à agroindústria, este acompanhamento também deverá se realizar através das câmaras setoriais e temáticas – por exemplo, a de irrigação – que se reúnem sob coordenação da Secretaria da Agricultura, Pecuária e Agronegócio.

## *Processo de Elaboração dos Programas Setoriais – Visão Geral*



As ações derivadas da formulação dos Programas Setoriais são de dois tipos, a saber, ações transversais, que agem sobre os setores estratégicos (e vão além desses), e ações específicas para cada setor. São mais de 50 ações transversais e mais de 200 ações específicas para a totalidade dos 22 setores. Grande parte dessas ações, cerca de dois terços que já está em execução, avançará com maior

sinergia, oportunizada pela Política Industrial. Outra parte corresponde às ações novas que se incorporam nos esforços do Estado para melhorar o posicionamento competitivo da indústria gaúcha. Essas ações ganham status especial, uma vez que a Política Industrial passará a ser monitorada diretamente pelo Governador do Estado, na Sala de Gestão.

# Agroindústria - Carne Suína

*A suinocultura tem história e tradição no Estado. Com grande potencial produtivo, sistema de produção tecnologicamente avançado e expertise industrial, o setor destaca-se nacional e internacionalmente. O Rio Grande do Sul é o segundo em produção e terceiro em exportação no Brasil, sediando empresas com marcas reconhecidas por todo o mundo.*

## **Uma cultura com história e futuro**

**A**ssim como outros setores do agronegócio, a suinocultura apresenta uma forte ligação com o fenômeno da colonização européia. Quando chegaram ao Rio Grande do Sul, os imigrantes criavam suínos com objetivo de utilizar sua gordura e especialmente a carne para o consumo alimentar das famílias. As condições climáticas também favoreceram o exercício atividade.

De lá para cá, a atividade avançou de forma a colocar o RS em posição de relevo. O produto, por sua vez, com o advento dos óleos vegetais evoluiu para uma carne magra e saudável. A cada ano, o setor vem crescendo e aumentando sua contribuição ao desenvolvimento do Estado.

## **Qualificação gaúcha, reconhecimento mundial**

Tanto na visão do mercado nacional quanto do internacional, o Rio Grande do Sul é

### *Principais atividades*

- Carne in natura
- Carne congelada
- Carne resfriada
- Carne processada
- Cortes embalados
- Cortes processados
  - Embutidos
  - Banha
  - Torresmo
- Gordura e vísceras para ração animal

um lugar de tradição e expertise no segmento. Empresas gaúchas possuem marcas conhecidas em todos os continentes.

Em 2010, houve a quebra de uma barreira histórica com a primeira remessa de carne suína para a China. A conquista acontece em um momento de diversificação de países compradores, que inclui Argentina e Venezuela, entre outros.

#### **Tecnologia de ponta que integra e repercute**

Do campo à indústria, a cadeia gaúcha possui um sistema de produção tecnologicamente avançado, baseado na integração vertical. Exemplos da sintonia do segmento com as exigências da atualidade são a rastreabilidade, implantada em grande parte dos animais, e o controle rígido de sua alimentação. O mercado interno, muito competitivo, é outro agente qualificador do produto.

A suinocultura trabalha de forma

integrada com outros setores, gerando positivos reflexos sociais e econômicos nos municípios e regiões onde é exercida. Essa conexão entre diferentes expressões produtivas ocorre em sua própria atividade, posto que a integração vertical sustenta-se a partir dos produtores com os frigoríficos.

#### **Produção suína em números**

A carne suína é a fonte de proteína animal mais consumida no mundo. Metade da produção é realizada na China, ao passo que o restante é basicamente dividido entre União Europeia, Estados Unidos e Brasil. No país, há destaque para a Região Sul, onde estão os maiores produtores.

Nacionalmente em segundo lugar, o Estado tem capacidade de abate de 27 a 28 mil suínos por dia. Em 2010, o RS somou 588.700 toneladas, montante que corresponde a 18% do total brasileiro. A atividade é concentrada na Metade Norte.

*Produção de carne suína nacional (1.000 toneladas)*

2005	2.710
2006	2.830
2007	2.990
2008	3.015
2009	3.130
2010	3.195
2011	3.227
2012*	3.295
Crescimento acumulado	21,59%
Crescimento anual	2,8%

\* *Estimativa*

Fonte: USDA

### **Exportação e mercado doméstico andando juntos**

Anualmente, o mercado internacional da suinocultura movimenta US\$ 11,9 bilhões. Hoje, o Brasil exporta 11% de toda a produção mundial, ocupando a quarta colocação. O Rio Grande do Sul, por sua vez, é o maior exportador brasileiro, remetendo ao exterior 35% de seus produtos. Em 2010, US\$ 544,65

milhões foram vendidos em suínos para outros países, com preço médio de US\$ 2,624/kg.

O mercado doméstico brasileiro adquire cerca de 80% da carne produzida. Com avanço de 4,1% em 2010, a disponibilidade interna tem espaço para crescer, de modo a responder ao potencial de consumo do país. Atualmente, o brasileiro consome em média 15 kg de alimento por ano.

*Consumo nacional de carne suína por tipo*

Variedade	Participação
In natura	37%
Linguiça	24%
Salsicha	12%
Mortadela	8%
Presunto	5%
Toucinho	4%
Banha	4%
Salame	2%
Outros processados	2%

**Atividade que gera avanço social**

Em constante expansão, o setor apresenta um forte impacto social. A cadeia produtiva nacional é responsável por mais de 634 mil empregos, sendo aproximadamente 173 mil diretos, 271 mil indiretos e 190 mil por efeito-renda. Os postos de trabalho se dividem entre suinocultura industrial e de subsistência,

agroindústria de abate e processamento, entre outras áreas.

A atividade de abate de animais – no qual está inserida a suinocultura – é a segunda com maior efeito multiplicador da economia no Estado. A cada R\$ 1 milhão investido, são gerados 74 empregos, sendo cinco diretos, 47 indiretos e 22 por efeito-renda.

# Diferenciais competitivos

- **Atividades de PD&I:** Presença de institutos de pesquisa qualificados e do Programa Estadual de Sanidade Suídea, que desenha estratégias de Defesa Sanitária Animal.
- **Canais de distribuição para fora do RS:** Grande volume de comercialização de produtos em outros estados países.
- **Financiamentos estaduais e federais:** Crédito disponível no sistema financeiro local (Badesul, BRDE e Banrisul) e instituições nacionais.

# Principais oportunidades

O mundo emergente constitui um quadro de excelentes perspectivas para a suinocultura. É o que conclui o relatório Perspectivas para a Agricultura 2011-2020, elaborado pela OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico) e FAO (Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação). De acordo com o documento, haverá um crescimento de 17,77% na produção de carne suína em países em desenvolvimento.

Com o robusto progresso econômico e a urbanização dessas nações, está em curso um forte aumento de consumo de proteína animal. As pesquisas apontam ampliação de demanda na Ásia (56%), América Latina (18%) e países exportadores de petróleo. O Rio Grande do Sul, que está em processo de diversificação de seus compradores,

está atento a essa movimentação. O primeiro embarque para a China, realizado em 2011, abre espaço para a exploração de um mercado consumidor com grande potencial.

Outro estudo, Projeções para o Agronegócio Brasil 2010/2011 a 2020/21, realizado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, consolida o cenário positivo para a atividade. A previsão é de que a produção de carne suína aumente 1,9% ao ano. Com esse índice, é possível atender tanto a demanda doméstica quanto a internacional. Para o mesmo período, espera-se crescimento de consumo anual de 1,8%.

Segundo a ABIPECS (Associação Brasileira da Indústria Produtora e Exportadora de Carne Suína), o consumo per capita de carne suína no Brasil é de 14,76 kg. O índice contrasta com o de países

como Áustria (73,1 kg), Espanha (67,4 kg) e Alemanha (66,4 kg). Há, portanto, uma grande margem de crescimento. Mesmo no Rio Grande do Sul, onde são ingeridos 22,8 kg por pessoa, é possível fortalecer a demanda.

Alinhada às mudanças de comportamento dos consumidores, que vêm consolidando a preferência por uma alimentação saudável, a indústria apresenta

hoje uma carne mais magra. Trata-se do reflexo de mudanças genéticas, práticas de criação e readequação das rações.

Em relação aos produtos oferecidos há 15 anos, os seis cortes mais comuns estão 16% mais magros e com 27% menos gordura. A suinocultura gaúcha faz parte desse esforço, readequando-se constantemente para atender o novo perfil de seu consumidor.

# Instrumentos de apoio

**D**entro de um conjunto amplo de instrumentos de apoio que estão à disposição do setor, cabe destaque aos Instrumentos Transversais da Política Industrial do Estado. Os **Instrumentos Transversais** representam uma dimensão geral ou funcional da Política Industrial, porquanto, em princípio, sua utilização é de impacto abrangente, não discriminando *a priori* setores ou regiões. Mas podem e devem ser direcionados ao fortalecimento dos setores estratégicos, o que implica articular diferentes atores, principalmente os agentes internos ao governo do Estado, de modo a comprometê-los com as diretrizes gerais e a alocação de recursos para a efetiva execução dos planos de ação da Política Industrial no que se refere aos três eixos anteriores. Os Instrumentos Transversais compõem-se do FUNDOPEM/RS, de cinco programas específicos e do Sistema Financeiro Gaúcho.

A adoção da transversalidade exige

que se ultrapassem barreiras muitas vezes rígidas de saberes e poderes que fazem com que assuntos sejam departamentalizados e entregues a pequenos nichos administrativos, em geral acarretando perda de efetividade das políticas públicas. Não se trata, pois, de questão de menor relevância ou de solução simples. O sucesso da Política Industrial, em larga medida, depende da capacidade de coordenar ações e de envolver os atores em sua execução. Esse é um dos principais desafios para o uso efetivo dos Instrumentos Transversais.

## **FUNDOPEM/RS**

O **Fundo Operação Empresa do Estado do Rio Grande do Sul (FUNDOPEM/RS)** é um instrumento fiscal de promoção do desenvolvimento econômico do estado que opera com base na postergação do recolhimento do ICMS devido em decorrência da operação de um projeto de investimento. Não se trata de alocação não reembolsável de recursos públicos, mas de incentivo ao

investimento produtivo através da melhora do fluxo de caixa e do custo de financiamento das empresas. O limite do benefício é de 100% do investimento fixo do empreendimento apoiado.

A norma legal que institui e regula o FUNDOPEM/RS foi atualizada pelo governo do Estado através da aprovação da Lei nº 13.708, de 06/04/2011, na Assembleia Legislativa, a qual também criou o **Programa de Harmonização do Desenvolvimento Industrial do Rio Grande do Sul – INTEGRAR/RS**. O cerne do INTEGRAR/RS está em um abatimento incidente sobre cada parcela a ser amortizada do financiamento concedido pelo FUNDOPEM/RS, incluindo o valor do principal e os respectivos encargos.

A modificação nas normas deste instrumento fiscal foi suscitada pela constatação de uma baixa efetividade do instrumento, cujo uso não vem ultrapassando a marca de 10% do benefício concedido. Esta atualização permitiu melhorar os processos operacionais e ampliar os benefícios do Programa. Dentre as modificações introduzidas pela Lei nº 13.708, destacam-se as seguintes:

- **Ampliação do benefício com elevação do limite de financiamento para 90% do ICMS incremental, podendo chegar a 100% no caso de cooperativas de produtores. O enquadramento de um empreendimento singular em percentual maior de benefício depende do conteúdo local das compras da empresa, valorizando a produção de insumos no Rio Grande, de sua classificação dentro dos setores estratégicos da Política Setorial e do seu**

**conteúdo tecnológico;**

- **Apoio à implantação de centros de pesquisa e de desenvolvimento tecnológico de empresas que possuem unidade produtiva no estado, concedendo incentivo financeiro para os investimentos fixos e as despesas com salários e encargos do pessoal alocado exclusivamente no centro;**
- **Ampliação dos limites de abatimento do INTEGRAR/RS, enquadrando projetos em todos os municípios por meio de abatimento varia entre 10% e 90%. Esse percentual é determinado com base em critérios de pontuação como o município de localização do projeto, a geração de empregos, a média salarial e o impacto ambiental.**

### **Programa Estadual de Desenvolvimento Industrial (PROEDI)**

O Programa Estadual de Desenvolvimento Industrial (PROEDI), instituído pelo Decreto nº 32.666, de 27/10/1987, possui o objetivo específico de apoiar projetos de investimento mediante a concessão de incentivo financeiro na forma de venda de terrenos a preços atrativos, em áreas de propriedade do Estado preparadas com infraestrutura necessária para atividades industriais. Esse Programa envolve a constituição de Distritos Industriais através da regularização legal dos terrenos, da elaboração de Plano Diretor, do licenciamento ambiental e da instalação de infraestrutura de serviços de responsabilidade pública, entre outros fatores de apoio ao investimento produtivo. Prevê-se a venda dos terrenos a empresas para

realização de empreendimentos considerados importantes para o desenvolvimento industrial do estado.

O Estado, sob a coordenação da SDPI, possui seis Distritos Industriais – Alvorada-Viamão, Bagé, Cachoeirinha, Gravataí, Montenegro-Triunfo e Rio Grande –, além de um Distrito caracterizado como Zona Mista Industrial no município de Guaíba. No marco da Política Industrial, o Programa prevê atingir as seguintes metas com base em recursos obtidos junto ao BNDES:

- Ampliação do Distrito Industrial Estadual de Rio Grande;
- Ampliação do Distrito Industrial Estadual de Montenegro/Triunfo e implantação de terminal portuário;
- Ampliação do Distrito Industrial Estadual de Alvorada/Viamão;
- Finalização das obras na Zona Mista Industrial de Guaíba e implantação de terminal portuário;
- Implantação do Distrito Industrial Estadual de Pelotas com terminal portuário;
- Implantação de Distrito Industrial Estadual de Cachoeira do Sul com terminal portuário.

#### **Programa de Apoio a Iniciativas Municipais**

O Programa de Apoio a Iniciativas Municipais fundamenta-se no Decreto n.º 32.666, o mesmo que instituiu o Programa Estadual de Desenvolvimento Industrial, e tem o propósito de contribuir na capacitação dos municípios para a promoção de iniciativas promissoras de desenvolvimento econômico local, bem como para a racionalização do uso

do solo com base em condições ambientais de desenvolvimento sustentável. Sua execução ocorre por intermédio do apoio a ações municipais para implantação de áreas industriais, mediante o assessoramento técnico para escolha da gleba e na elaboração do Plano Diretor para implantação da Área Industrial Municipal. Quando a gleba passa à propriedade do Município e há licenciamento ambiental para o loteamento da mesma, o Programa prevê o aporte de recursos financeiros para a implantação ou expansão da infraestrutura básica, a título de incentivo. Recursos demandados pelo Estado junto ao BNDES permitirão apoiar pelo menos 20 municípios no triênio 2012-2014.

#### **Programa Pró-Inovação**

O Programa Pró-Inovação, institucionalizado através da Lei Estadual de Inovação (Lei nº 13.196, de 13/07/2009, regulamentada pelo Decreto nº 46.781, de 04/12/2009) e reformulado pelo Decreto nº 48.717, de 04/12/2011, é Instrumento Transversal de incentivo às atividades inovativas em ambiente produtivo. Atividades inovativas compreendem todas as etapas científicas, tecnológicas, organizacionais e comerciais, incluindo novas formas de conhecimento, que visam à inovação de produtos e/ou processos. Isto é, consistem de todas as atividades necessárias ao desenvolvimento e implementação de produtos e processos novos ou aperfeiçoados.

O Programa tem como diretrizes fundamentais estimular e apoiar empresas industriais e agroindustriais inovadoras que

promovam, no estado do Rio Grande do Sul, o aumento da produtividade; o desenvolvimento de produtos e serviços inovadores; a competitividade e a incorporação de novos produtos, processos e serviços disponibilizados pela atividade empresarial; a geração de postos de trabalho; o incremento na arrecadação de impostos; e o cuidado com o meio ambiente.

Objetiva, mais especificamente, apoiar esforços relacionados à introdução de novos produtos (bens e serviços) e processos, bem como o aperfeiçoamento dos já existentes, além de atividades de marketing e inovações organizacionais, com vistas a ampliar a competitividade da empresa nos mercados local ou global e melhorar as condições de vida do povo gaúcho. O Programa busca, também, promover maior dinamismo no comportamento dos agentes do setor produtivo e disseminar a cultura de inovação como elemento fundamental para o crescimento das organizações e o desenvolvimento econômico do estado.

Em termos operacionais, o Pró-Inovação concede incentivo fiscal proporcional aos esforços inovativos das empresas, considerando-se seus dispêndios correntes (por exemplo, remuneração dos profissionais ocupados diretamente nas atividades de P&D) e de capital (despesas anuais brutas referentes às imobilizações de recursos utilizados nos programas de P&D, como as despesas com terrenos, obras civis, máquinas e equipamentos). Compreende, ainda, contratos com ICTs e com prestadores de serviços relacionados à inovação e considera a qualificação profissional dos colaboradores

e as projeções de crescimento da empresa. O incentivo pode atingir 3% do faturamento bruto da empresa, limitado a 75% do ICMS incremental. O Programa, que foi reformulado em 2011 a fim de permitir processos mais céleres e seu uso concomitante com outros incentivos estaduais como o FUNDOPEM/RS, tem fluxo contínuo e cada projeto apoiado tem validade de três anos, sendo renovável por mais três anos, quando, então, a empresa deverá submeter um novo projeto, iniciando novo ciclo.

### **Programa Gaúcho de Parques Científicos e Tecnológicos (PGTec)**

O Programa Gaúcho de Parques Científicos e Tecnológicos (PGTec) visa fomentar o desenvolvimento científico e tecnológico no território do estado com foco na inovação e na sustentabilidade. Consiste da principal ação do **RS Tecnópole**, programa este que tem como objetivo principal a articulação das diferentes ações em ciência, tecnologia e inovação, integrando os atores da tríplice hélice – setores público, privado e acadêmico. Para atingir este objetivo, a SCIT trabalha com os propósitos de consolidar uma rede de Parques Tecnológicos no estado, de construir um mapa de competências científico-tecnológicas e de implantar três centros de competitividade em áreas estratégicas para o desenvolvimento local e regional.

Os parques tecnológicos são ambientes de inovação onde se instalam empresas inovadoras e/ou centros de P&D de grandes empresas. Atualmente, o PGTec conta com 14 parques tecnológicos credenciados,

distribuídos por todo o estado, sendo que três parques localizados na Região Metropolitana de Porto Alegre estão consolidados e 11 parques encontram-se em processo de consolidação. Na fase atual do Programa, a SCIT enfatiza a consolidação dos parques localizados no interior do estado, com o intuito de reduzir as desigualdades regionais. Os parques em processo de consolidação localizam-se nos municípios de São Sebastião do Caí, Passo Fundo, Santa Cruz do Sul, Pelotas, Rio Grande, Canoas, Alegrete, Porto Alegre, Lajeado, Erechim e Santa Maria.

O PGTec também representa um importante instrumento para atração de investimentos, na medida em que potencializa a formação de recursos humanos com alta qualificação técnica e o desenvolvimento de produtos e processos com alto valor agregado. Há projetos importantes nos Parques Tecnológicos em consolidação tais como o Polo Naval, em Rio Grande; o de oleoquímica e biotecnologia, em Santa Cruz do Sul; o de alimentos, em Lajeado; e o de saúde, em Passo Fundo.

## **INVESTE/RS**

O Programa de Promoção do Investimento no Estado do Rio Grande do Sul (INVESTE/RS) foi instituído através da Lei nº 13.838, de 05/12/2011, como instrumento para fomentar o desenvolvimento econômico, reduzir as desigualdades regionais e apoiar a geração de emprego e renda no Estado. Operará através de subvenção econômica na modalidade de equalização de taxas de juros e outros encar-

gos financeiros nos financiamentos concedidos pelo Banrisul, Badesul e BRDE a empreendimentos do setor produtivo, especialmente para aquisição de máquinas e equipamentos, cobertura de despesas para inovação tecnológica. O Programa é coordenado pela Secretaria da Fazenda, que também preside seu Comitê, composto por representantes do Sistema Financeiro Gaúcho.

Prevê-se que a operação efetiva do INVESTE/RS se inicie ainda no primeiro semestre de 2012. No decreto regulamentador, serão especificadas as condições da subvenção, em particular a magnitude da equalização associada a critérios de preferência para aquisição de bens e serviços produzidos no Estado, setores econômicos, porte de empresas e incentivos a regiões de menor renda.

## **Sistema Financeiro Gaúcho**

O Rio Grande do Sul é um dos poucos Estados da federação que manteve um sistema público de instituições financeiras após a reforma bancária dos anos neoliberais. Hoje, o **Sistema Financeiro Gaúcho (SFG)** compõe-se de três instituições: o Banco do Estado do Rio Grande do Sul S. A. – **Banrisul**; o **Badesul** Desenvolvimento S. A. – Agência de Fomento/RS; e o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul – **BRDE**. Esse Sistema participa da execução da Política Industrial na condição primeira de Instrumento Transversal para o financiamento da atividade produtiva, em especial para a formação de capital fixo, a provisão de capital de giro e o saneamento financeiro de empreendimentos.

O Banrisul é a instituição mais antiga

do SFG, tendo sido autorizado a funcionar no longínquo ano de 1928. Hoje, é uma companhia aberta com múltiplas atividades e responsabilidades, na qual o Estado detém 57% da composição acionária. Ao final do ano de 2011, o Banrisul possuía um patrimônio da ordem de R\$ 4,39 bilhões, posicionando-se como um dos maiores bancos brasileiros, operações de crédito com saldo de R\$ 20,39 bilhões e ativo total de R\$ 37,83 bilhões. Além de suas atividades diretas, o Banco controla outras quatro empresas: Banrisul S. A. Administradora de Consórcios; Banrisul S. A. CVMC; Banrisul Armazéns Gerais S. A.; e Banrisul Serviços Ltda.

O Badesul é uma agência de fomento instituída no ano de 1997 sob controle do Estado do Rio Grande do Sul, a que se circunscreve sua região de atuação. Opera, principalmente, através do crédito de longo prazo a empreendimentos privados de vários setores de atividade econômica e a municípios. A partir de 2011, o Banco passou a estruturar fundos de participação como novo mecanismo de financiamento. Ao final desse ano, o patrimônio do Badesul era de R\$ 561 milhões, o saldo de suas operações de crédito atingia R\$ 1,68 bilhão e o ativo totalizava R\$

2,27 bilhões.

O BRDE é um banco de desenvolvimento fundado no ano de 1961 sob o controle dos três Estados do Sul, cujos representantes compõem sua diretoria colegiada. No Rio Grande do Sul, o Banco opera através de sua agência de Porto Alegre, sendo especializado no crédito de longo prazo ao setor privado, alcançando todos os setores da atividade econômica e portes de empresa, inclusive produtores rurais. Ao final de 2011, o BRDE como um todo possuía patrimônio de R\$ 1,25 bilhão, saldo de operações de crédito de R\$ 7,02 bilhões e ativo total de R\$ 8,33 bilhões.

Desde a constituição do Sistema de Desenvolvimento Econômico do Rio Grande do Sul, as instituições financeiras têm participado ativamente da condução da política de desenvolvimento econômico, atuando nas reuniões de projetos e na Sala do Investidor. Com a sistematização dessa política na forma de uma Política Industrial, a exemplo de outras situações que requerem transversalidade, crescerá a necessidade de efetiva coordenação das ações das instituições financeiras a fim de assegurar efetividade à estratégia gaúcha de desenvolvimento industrial.

# Ações

Fator relacionado	Desafio	Ação
Fornecedores locais de matérias-primas, componentes e insumos	Realizar análise de risco e impacto econômico da retirada da vacina da aftosa.	Acordo de cooperação técnica com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) - SEAPA
Fornecedores locais de matérias-primas, componentes e insumos	Aumentar a produção de milho e outras matérias primas (grãos e seus resíduos) para a base alimentar destas cadeias produtivas animais	Programa Estadual de Expansão da Agropecuária Irrigada - SEAPA
Fornecedores locais de matérias-primas, componentes e insumos	Aumentar a produção de milho e outras matérias primas (grãos e seus resíduos) para a base alimentar destas cadeias produtivas animais	Promover melhorias na infra-estrutura logística

Fator relacionado	Desafio	Ação
Fornecedores locais de matérias-primas, componentes e insumos	<p>Implantar sistema de educação e registro da utilização e controle de fármacos nas propriedades rurais.</p> <p>Desenvolver projeto de rastreabilidade de lote no modelo da União Européia.</p> <p>Viabilizar projeto de avaliação e melhoria da biossegurança das propriedades rurais.</p>	Projeto Barreiras e Certificação Sanitária - SEAPA
Incentivos tributários para matérias-primas e componentes	Melhorar as condições tributárias dos setores estratégicos da economia gaúcha	Considerar a agregação de valor como elemento multiplicador na determinação de Créditos Presumidos associados à aquisição de insumos produzidos no Estado
Incentivos tributários para matérias-primas e componentes	Melhorar as condições tributárias dos setores estratégicos da economia gaúcha	Criação de Grupo de Trabalho, em conjunto com a iniciativa privada, para avaliar a viabilidade da concessão de benefícios fiscais vinculados à aquisição de grãos produzidos no Estado
Incentivos tributários para matérias-primas e componentes	Melhorar as condições tributárias dos setores estratégicos da economia gaúcha	Diferimento do ICMS na importação de insumos adquiridos preponderantemente de outras unidades da Federação e sem similar no Estado.

Fator relacionado	Desafio	Ação
Incentivos tributários para produtos	Melhorar as condições tributárias dos setores estratégicos da economia gaúcha	Acompanhamento sistemático da entrada, no Estado, de produtos de origem animal, com vistas ao controle das quantidades ingressadas, à realização da glosa de créditos e a contribuir com o controle sanitário do Estado
Incentivos tributários para produtos	Melhorar as condições tributárias dos setores estratégicos da economia gaúcha	Adoção da sistemática de Substituição Tributária nas operações internas como forma de igualar os mecanismos de tributação entre os tipos de carnes (bovina, suína e aves) e para a proteção do parque industrial gaúcho.
Sistema Financeiro Gaúcho	Melhorar as condições de acesso a máquinas e implementos agrícolas destinados a irrigação	Programa Estadual de Expansão da Agropecuária Irrigada - SEAPA

## Ações transversais - Agroindústria

Fator relacionado	Desafio	Ação
Acesso a incentivos / Sistema Financeiro Gaúcho / Atividades de P&D&I	Promover o SDRS junto as empresas gaúchas	Divulgar o SDRS, via estande institucional, às empresas gaúchas nas seguintes feiras no RS: Festa da Uva (Caxias do Sul); Expodireto Cotrijal (Não-Me-Toque); Expoagro Afubra (Santa Cruz do Sul); Semana Internacional Brasil Alimenta (Bento Gonçalves); Exposol - Feira Exposição de Soledade (Soledade); Fenarroz (Cachoeira do Sul); Expointer (Esteio); Expodinâmica (Jaguarão); e Mercopar (Caxias do Sul).
Atividade P&D&I / Fornecedores de Serviços Relacionados / Infraestrutura (energia, comunicação e logística) / Processo de acesso à incentivos	Promover ações de interlocução nas cadeias produtivas agroindustriais	Integração dos Grupos de Trabalho Setoriais com as Câmaras Setoriais e Temáticas da SEAPA
Atividades de P&D&I	Promover inovações tecnológicas na área de Irrigação	Orientar alguns Polos de Modernização Tecnológica para apoiar projetos na área de irrigação - SCIT
Demanda local / Canais de Distribuição para fora do RS	Promover o acesso das empresas gaúchas aos mercados nacionais e internacionais	Apoiar a participação de empresas gaúchas nas Feiras Prowein (Alemanha), Bio Brazil Fair (São Paulo, Brasil), Sial Paris (França), London Wine Fair (Reino Unido), Expocachaça (Minas Gerais, Brasil), e Sial Brazil (São Paulo, Brasil)

Fator relacionado	Desafio	Ação
Fornecedores de serviços relacionados	Melhorar a estrutura dos serviços de defesa Sanitária, incluindo os recursos humanos que atuam nas áreas de Defesa Sanitária e Inspeção no Governo do Estado.	Elaborar proposta para ampliação do quadro de servidores
Fornecedores de serviços relacionados	Melhorar a estrutura dos serviços de defesa Sanitária, incluindo os recursos humanos que atuam nas áreas de Defesa Sanitária e Inspeção no Governo do Estado.	Unificar procedimentos de defesa sanitária
Fornecedores Locais de MPs, Componentes e Insumos	Apoiar o fortalecimento e a expansão do setor cooperativo	Financiamento através dos Programas Prodecoop (Programa de Desenvolvimento Cooperativo para Agregação de Valor à Produção Agropecuária) e Procapagro (Programa de Capitalização de cooperativas Agropecuárias)
Infra-estrutura	Promover ações de interlocução entre cadeias produtivas através da criação de uma câmara temática sobre infra-estrutura e logística rural	Instalação da Câmara Temática de Irrigação e Infra-estrutura Rural - SEAPA
Infra-estrutura	Promover a ampliação da área irrigada nas culturas em áreas de sequeiro	Programa Estadual de Expansão da Agropecuária Irrigada - SEAPA

Fator relacionado	Desafio	Ação
Sistema Financeiro Gaúcho	Fomentar mecanismos garantidores das operações junto às instituições financeiras (avais integradoras, fundos)	Negociação com integradoras e empresas fabricantes de equipamentos para o estabelecimento destes mecanismos.
Sistema Financeiro Gaúcho	Fomentar mecanismos garantidores das operações junto às instituições financeiras (avais integradoras, fundos)	Articular com associações e sindicatos dos setores estratégicos a construção de um pré-cadastro de interessados em obter linhas de financiamento para encaminhar aberturas de limites de crédito
Sistema Financeiro Gaúcho	Fomentar mecanismos garantidores das operações junto às instituições financeiras (avais integradoras, fundos)	Apoiar as empresas no desenvolvimento de projetos de financiamento através da realização de oficinas de crédito e montagem de projetos
Sistema Financeiro Gaúcho	Divulgar e estimular o acesso ao crédito disponibilizado pelo Pronaf para a pecuária familiar	Operacionalização de convênios do Sistema Financeiro Gaúcho com cooperativas de produção e de crédito

## Ações transversais

Fator relacionado	Desafio	Ação
Acesso a incentivos / Sistema Financeiro Gaúcho / Atividades de P&D&I	Promover o SDRS junto as empresas gaúchas	Divulgar o SDRS, via estande institucional, às empresas gaúchas nas seguintes feiras no RS: Expobento - Comércio e Serviços (Bento Gonçalves, Brasil); Febramec - Máquinas (Caxias do Sul, Brasil); Mercopar - Máquinas (Caxias do Sul, Brasil); FIESMA - Multi-feira (Santa Maria, Brasil); Congresso Inovação FIERGS (Porto Alegre, Brasil).
Acessos a incentivos	Facilitar o desenvolvimento industrial através da divulgação de informações sobre o RS	Disponibilização de Informações no Portal da Sala do Investidor ( <a href="http://www.saladoinvestidor.rs.gov.br">www.saladoinvestidor.rs.gov.br</a> )
APL's Competitivos	Fortalecimento do APL Máquinas Industriais	Apoio ao APL Máquinas Industriais com relação a sua estrutura de governança, e elaboração de Plano de Desenvolvimento
APL's Competitivos	Adensar os APLs apoiados pelo Programa Economia da Cooperação, criando e fortalecendo a cultura da gestão do negócio sob a ótica financeiro nas empresas	Implantar Programa de Extensão Produtiva e Inovação - DPI/AGDI

Fator relacionado	Desafio	Ação
APL's Competitivos	Apoiar o desenvolvimento de APLs no RS	Implantar uma política estadual de apoio aos APL's - DPI/AGDI
Áreas e Distritos industriais estaduais	Facilitar a instalação de empresas nos setores estratégicos visando o adensamento das cadeias produtivas através de melhorias em infra-estrutura e energia em Distritos e Áreas Industriais	Programa Estadual de Desenvolvimento Industrial-SDPI
Áreas e Distritos industriais estaduais	Facilitar a instalação de empresas nos setores estratégicos visando o adensamento das cadeias produtivas através de melhorias em infra-estrutura e energia em Distritos e Áreas Industriais	Programa de Apoio a Iniciativas Municipais - SDPI
Atividades de P&D&I	Fomentar sistemas setoriais de inovação do Rio Grande do Sul	Apoiar o desenvolvimento de redes de inovação setorial - DIPLA/AGDI

Fator relacionado	Desafio	Ação
Atividades de P&D&I	Fortalecimento do sistema regional de inovação	Apoiar o Sistema Regional de Inovação através da atração de novos Centro de excelência em P&D&I e captação de recursos para os ICTs já existentes no RS
Atividades de P&D&I	Ampliar a produção de produtos com maior nível de processamento e agregação de valor. Fortalecer o relacionamento entre os órgãos de pesquisa e as indústrias	Bolsas de Pós-Doutorado FAPERGS-POLOS
Atividades de P&D&I	Melhorar as condições de pesquisa no Rio Grande do Sul através da FAPERGS	Aprimorar a ação da FAPERGS para o melhor atendimento às demandas de pesquisa das indústrias gaúchas e o relacionamento das mesmas com Universidades e ICT's
Atividades de P&D&I	Incentivar a interação universidade - empresas através da disponibilização de bolsas de pesquisa em diferentes níveis de atuação	Lançamento contínuo de editais para: - Bolsas de Pós-Doutorado (FAPERGS) - Pesquisador na empresa (FAPERGS) - Bolsas de iniciação científica (PROBIC, PROBIT) - Interação Universidade-Empresa (IUE) - Bolsas de mestrado em Ciências, Matemática e Humanidades (CMH)

Fator relacionado	Desafio	Ação
Atividades de P&D&I	Desenvolver política de incentivo para capacitar e disseminar o desenvolvimento científico e tecnológico em MPEs voltada a inovação de produtos e processos	Lançamento contínuo de editais para: - Pesquisador Gaúcho - PqG (FAPERGS) - Auxílio Recém-Doutor - ARD (FAPERGS)
Atividades de P&D&I	Premiar os Trabalhos de Conclusão de Curso de Graduação com inovações que sejam implantados por empresas.	Prêmio Piá-Inovador - FAPERGS
Atividades de P&D&I	Ampliar a produção de produtos com maior valor agregado  Fortalecer o relacionamento entre os órgãos de pesquisa e as indústrias	Programa de Apoio aos Polos de Inovação Tecnológica - SCIT
Atividades de P&D&I	Buscar a ampliação da capacidade de investimento em Inovação pelas empresas gaúchas	Programa Pró-Inovação - SCIT

Fator relacionado	Desafio	Ação
Atividades de P&D&I	Facilitar o acesso das indústrias gaúchas a tecnologias de ponta e mecanismos de incentivo à inovação tecnológica, preparando as empresas para acessarem os mecanismos de apoio à inovação existentes.	Programa Pró-Inovação - SCIT
Atividades de P&D&I / Parques Tecnológicos	Ofertar um ambiente propício para o desenvolvimento de empresas inovadoras e/ou para a instalação de setores de P&D de empresas consolidadas	Programa Gaúcho de Parques Científicos e Tecnológicos (PGTEC) - SCIT
Bens de capital	Melhorar a competitividade interna das empresas produtoras de máquinas	Articular junto ao Governo Federal a exigência de adequação das normas de segurança para entrada de máquinas no Estado.
Demanda local / Canais de Distribuição para fora do RS	Apoiar e promover o acesso das empresas gaúchas aos mercados nacionais e internacionais	Programa de Atração de Investimentos e Promoção Comercial - Apoio ao estabelecimento de Showrooms, participação em Feiras e o desenvolvimento de missões - SDPI/AGDI

Fator relacionado	Desafio	Ação
Educação e Treinamento	Ampliar a oferta de cursos de formação técnica	Oferta de 68.000 vagas em cursos de curta duração até 2014 através do Pacto Gaúcho pela Educação Profissionalizante, Técnica e Tecnológica
Educação e Treinamento	Interagir com o Consórcio das Universidades Comunitárias Gaúchas (COMUNG) para a definição de cursos de graduação de interesse setorial, como parte dos projetos a serem desenvolvidos no âmbito do Pacto Gaúcho pela Educação, a serem iniciados em agosto de 2012, com a oferta semestral de 250 vagas.	Projeto Piloto COMUNG
Educação e Treinamento	Ampliar a oferta de cursos de formação técnica	Oferta de 4.000 vagas em cursos de média e longa duração (800 a 1.060 horas) em 2012, e de mais 11.000 vagas até 2014 através do PRONATEC
Incentivos RS para investimentos	Apoiar a realização de investimentos pelas empresas no RS	Fundopem / Integrar-RS - SDPI

Fator relacionado	Desafio	Ação
Incentivos tributários	Melhorar as condições tributárias dos setores estratégicos da economia gaúcha	Criação de um Conselho para proteção da isonomia concorrencial, em conjunto com interessados da sociedade civil
Incentivos tributários para máquinas e equipamentos	Melhorar as condições tributárias dos setores estratégicos da economia gaúcha	Redução gradativa do prazo de creditamento do ICMS incluído nas aquisições de bens do ativo permanente produzidos no Estado
Incentivos tributários para matérias-primas e componentes	Melhorar as condições tributárias dos setores estratégicos da economia gaúcha	Diferimento parcial na aquisição de insumos produzidos no Estado
Infra-estrutura	Elaborar propostas para a adequação da infra-estrutura incluindo elementos de transportes e energia	Definição de Plano de Infra-Estrutura para o Desenvolvimento - DINF/AGDI

Fator relacionado	Desafio	Ação
Infra-estrutura	Buscar melhorias na estrutura de logística ferroviária no RS para o transporte de cargas	Articulação junto ao Governo Federal para a viabilização da Ferrovia Norte/Sul, trecho Sul - SEINFRA
Infra-estrutura	Ampliar a realização de PPPs para o desenvolvimento de infra-estrutura logística	Construção de novo aeroporto da Região Metropolitana
Infra-estrutura	Buscar melhorias na estrutura de logística aérea no RS na região serrana	Construção de novo aeroporto da Serra Gaúcha
Infra-estrutura	Melhorar as condições de navegação interior, incluindo dragagem de canais (restauração e manutenção), balizamento e sinalização	Dragagem e sinalização de hidrovias - Convênio celebrado entre a SEINFRA e o DIA (Departamento de Infraestrutura Aquaviária) / DNIT (Departamento Nacional de Transportes Rodoviários)

Fator relacionado	Desafio	Ação
Infra-estrutura	Buscar melhorias na estrutura de logística rodoviária no RS para o transporte de cargas, contemplando acessos municipais, obras de integração regional e duplicação de rodovias	Execução do Plano de Obras Rodoviárias 2012-2014 - SEINFRA
Infra-estrutura	Buscar melhorias na estrutura de logística rodoviária no RS para o transporte de cargas, contemplando acessos municipais, obras de integração regional e duplicação de rodovias	Plano Estadual de Logística de Transportes (PELT-RS) - SEINFRA
Processos para licenciamento ambiental e acesso a incentivos	Melhorar as condições de atendimento às empresas e fornecimento de informações referentes aos processos de licenciamento ambiental	Agilizar o atendimento às empresas com a disponibilidade de informações e esclarecimento de dúvidas sobre o processo de licenciamento ambiental
Processos para licenciamento ambiental e acesso a incentivos	<p>Buscar a redução e readequação das taxas de renovação das licenças ambientais</p> <p>Buscar a readequação dos custos dos licenciamentos ambientais em relação aos outros Estados da Federação</p>	Avaliação contínua dos valores cobrados visando a correção de distorções - SEMA/FEPAM

Fator relacionado	Desafio	Ação
Processos para licenciamento ambiental e acesso a incentivos	Ampliar o processo de municipalização do licenciamento ambiental através da ampliação dos "portes municipais" e do número de prefeituras aptas a conceder o licenciamento ambiental	<p>"Garantir aos municípios sua competência para o licenciamento ambiental, independentemente de habilitação através da Lei Complementar 140/2011 - SEMA/FEPAM</p> <p>Nova resolução de impacto ambiental do CONSEMA - SEMA/FEPAM"</p>
Processos para licenciamento ambiental e acesso a incentivos	Agilizar o processo de licenciamento ambiental	Implantar o SIRAM - Sistema Integrado de Regularização Ambiental, que tem com um dos objetivos prioritários desburocratizar o controle ambiental, publicizar, simplificar e agilizar procedimentos - SEMA/FEPAM
Processos para licenciamento ambiental e acesso a incentivos	Facilitar o processo de licenciamento ambiental através da divulgação de informações sobre o mesmo	Disponibilização de Informações Ambientais através do site da SEMA/FEPAM ( <a href="http://www.fepam.rs.gov.br">www.fepam.rs.gov.br</a> ) e do Portal da Sala do Investidor ( <a href="http://www.saladoinvestidor.rs.gov.br">www.saladoinvestidor.rs.gov.br</a> )
Processos para licenciamento ambiental e acesso a incentivos / Recursos Naturais	Incentivar a regularização ambiental através de programas e convênios visando a inserção da agricultura familiar, as agroindústrias familiares e o produtor rural adotando medidas que permitam a produção ambientalmente sustentável	Programa de regularização ambiental - SEMA/FEPAM

Fator relacionado	Desafio	Ação
Sistema Financeiro Gaúcho	Fomentar sistemas setoriais de inovação do Rio Grande do Sul	Programa de apoio a captação de recursos para empresas inovadoras (PACREI) - DIPLA/AGDI
Sistema Financeiro Gaúcho	Elaborar uma política de incentivos e financiamento para as micro e pequenas empresas que não conseguem oferecer as garantias financeiras tradicionalmente exigidas pelos Agentes Financeiros.	Programa Gaúcho de Microcrédito - SESAMPE
Sistema Financeiro Gaúcho	Ampliar a oferta de fundos de investimentos de longo prazo	Apoiar o Seed Forum e formação da Rede de Investidores Anjos no RS
Sistema Financeiro Gaúcho	Melhorar as condições de oferta de crédito para os setores estratégicos	Conceder subvenção de juros através da concessão de subsídio para taxas de juros em operações de crédito BNDES destinadas à produção e aquisição de bens de capital e inovação tecnológica ("PSI" do RS )

Fator relacionado	Desafio	Ação
Sistema Financeiro Gaúcho	Dar publicidade às linhas de crédito disponíveis para os setores estratégicos	Divulgação do Sistema Financeiro Gaúcho em missões Internacionais
Sistema Financeiro Gaúcho	Dar publicidade às linhas de crédito disponíveis para os setores estratégicos	Elaboração de mídias direcionadas aos clientes potenciais e participação em feiras
Sistema Financeiro Gaúcho	Dar publicidade às linhas de crédito disponíveis para os setores estratégicos	Exposição dos bancos e seus serviços em eventos
Sistema Financeiro Gaúcho	Desenvolver alternativas de captação de recursos para investimentos de risco para o setor	Fundo CRP Empreendedor

Fator relacionado	Desafio	Ação
Educação e Treinamento	Equalizar a demanda por profissionais no mercado de trabalho com a oferta de cursos de Qualificação Profissional, voltados sobretudo ao desafio da inclusão produtiva.	Plano Estadual de Qualificação Profissional - STDS
Canais de Distribuição para fora do RS	Ampliar a demanda pelos produtos e serviços das empresas gaúchas	Identificar oportunidades de negócios para empresas gaúchas no cenário internacional
Demanda local / Canais de Distribuição para fora do RS / Fornecedores locais de MPs, insumos e componentes / Fornecedores de serviços relacionados	Ampliar a demanda pelos produtos e serviços das empresas gaúchas	Levantar os principais itens adquiridos de outras unidades da federação e do exterior visando oportunidades de adensamento das cadeias e APLs